

23.369

EAA

Olinda Sousa

De: gabmunicipe
Enviado: 3 de agosto de 2021 09:16
Para: Expediente
Assunto: FW: ORU - Eixo Antigo de Alfena - Consulta Pública
Anexos: Participação Consulta Pública_EAA-ALHENNA.pdf; Artigo_Ponte Pina_final.pdf

Com os meus cordiais cumprimentos,
Verónica Amaral
 Coordenadora
 Gabinete de Apoio a Municípes
 Espaços Cidadão Valongo, Campo e Sobrado

DJRH – Divisão Jurídica e Recursos Humanos
 Câmara Municipal de Valongo
 Av. 5 de Outubro, 160 | 4440-503 Valongo
 Ext (2086)
 Telf - 224227900/931 169 349
gabmunicipe@cm-valongo.pt
www.cm-valongo.pt
www.facebook.com/municipiodevalongo



De: AL HENNA Património Alfena <alhenna.associacao@gmail.com>
Enviada: 2 de agosto de 2021 17:40
Para: gabmunicipe <gabmunicipe@cm-valongo.pt>
Cc: Ricardo Ribeiro <ricardo.jorge.m.ribeiro@gmail.com>
Assunto: ORU - Eixo Antigo de Alfena - Consulta Pública

ALERTA: Este email tem origem externa ao Município de Valongo. Não abra anexos ou clique em links caso não reconheça o remetente e tenha a certeza de que é seguro.

Boa tarde,

No âmbito do Período de Consulta Pública relativo ao ORU do Eixo Antigo de Alfena, vem a AL HENNA - Associação para a Defesa do Património Alfena enviar a sua participação.

Em anexo segue a participação, propriamente dita e um documento anexo referido na mesma e dela integrante..

Gratos pela atenção dispensada,

Com os melhores cumprimentos

Ricardo Ribeiro
Presidente da Direcção.



AL HENNA - Associação para a Defesa do Património de Alfena

Rua Central do Barreiro, 109
4445-063 ALFENA

www.alhenna.pt
alhenna.associacao@gmail.com

NIPC 509 704 980

Exmo. Senhor

Presidente da

Câmara Municipal de Valongo

Avenida 5 de Outubro, 160

4440-503 VALONGO

Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para a Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Alfena (ORU-EAA) - Participação na Consulta Pública

Alfena, 1 de Agosto de 2021.

Exmo. Senhor.

Os nossos respeitosos cumprimentos.

Tendo por objecto principal a defesa e recuperação do património histórico, arqueológico, edificado, etnográfico, cultural e, bem assim, do património natural, paisagístico e ambiental de Alfena e zona envolvente; estudos e investigações nas várias áreas de interesse histórico-arqueológico, ambiental, cultural e socioeconómico, vem a AL HENNA – Associação para a Defesa do Património de Alfena (NIPC 509 704 980) participar no processo de Consulta Pública ao projecto de **“Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para a Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Alfena (ORU-EAA)”**.

Percebemos a intenção de aproveitar o trabalho anteriormente realizado, aquando de idêntico projecto para o «Eixo Antigo de Valongo», bem patente em algumas gralhas onde a abreviatura ORU-EAV (referente ao Eixo Antigo de Valongo) não foi alterada ORU-EAA (referente ao Eixo Antigo de Alfena), no entanto alertamos que as realidades não são idênticas.

Ao contrário de Valongo Jusão, ou Valongo de Baixo, cujo urbanismo cresceu a partir do eixo da antiga estrada real do Porto para Trás-os-Montes, daí que tenha inclusive surgido o topónimo de «Valongo da Estrada» (para distinguir da povoação de Valongo Susão, ou Valongo de Cima), no caso de Alfena, de matriz mais maiata, o urbanismo não nasce de um eixo viário. Com efeito, historicamente, Alfena cresce a partir de cinco lugares históricos da medieval freguesia de São Vicente de Queimadela (as Ferrarias, a norte; Baguim de Alfena, a poente; Cabeda, a sul; Traslecia, a nascente; e Alfena, no centro). Destes cinco

lugares, apenas o caso da aldeia de Alfena, mais tarde, a «Rua de Alfena», se poderia aproximar da realidade que encontramos em «Valongo da Estrada», por ser uma aldeia «arruada», atravessada de norte a sul pela antiga via medieval do Porto a Guimarães. Ora a «Rua de Alfena» está historicamente compreendida entre a Ponte de Alfena (ou de São Lázaro) e o Rossio da Codesseira (imediações da actual Capela de São Roque), o que é uma pequena fracção da área incluída no projecto de ORU.

Para uma melhor compreensão do que seria a «Rua de Alfena» sugerimos a leitura de um pequeno libreto publicado pela nossa Associação em Junho de 2019 ¹, disponível em <https://alhenna.pt/publicacoes/libretos/> do qual extraímos a seguinte imagem:

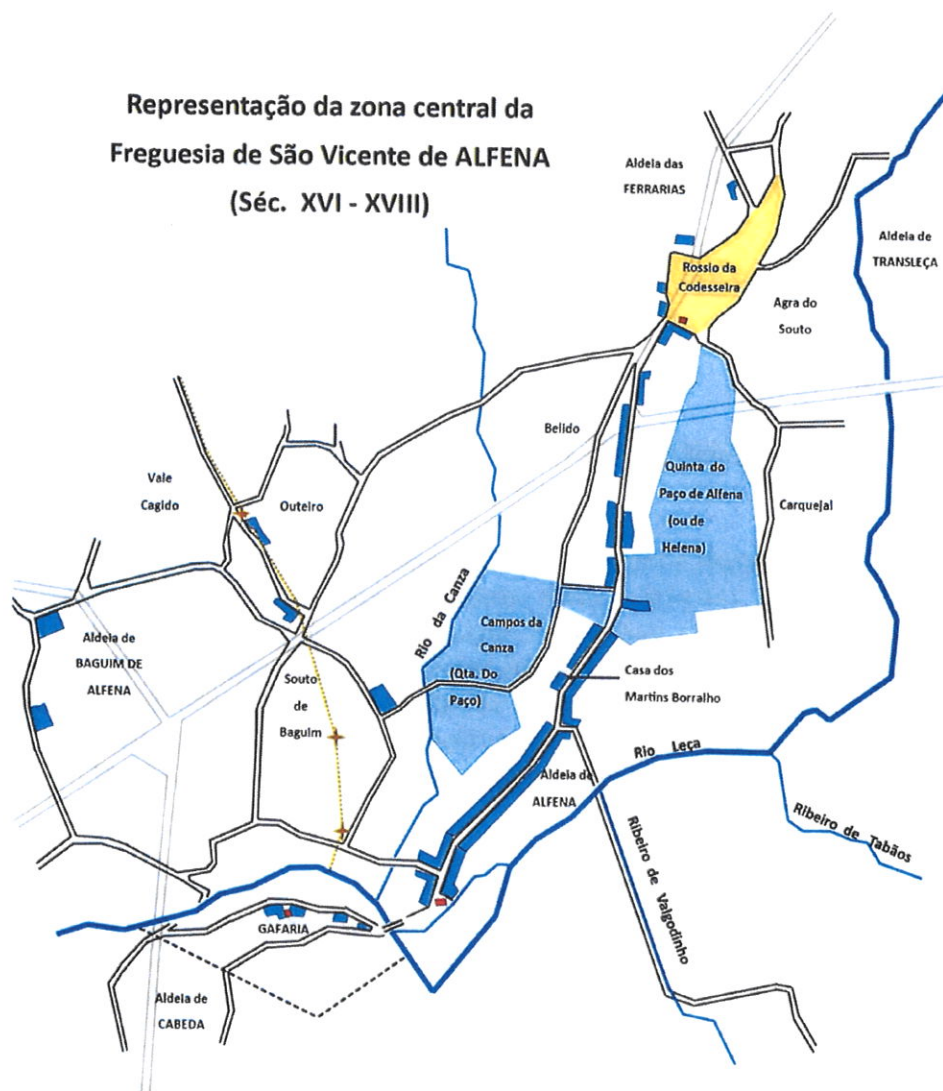


Figura 1 - Representação da zona central de Alfena entre os Séc. XVI e XVIII.

¹ MAMEDE, Arnaldo et al. *O Rossio da Codesseira, a Rua de Alfena e as estradas reais*. Alfena: AL HENNA, 2019.

A insistência em não se perceber, por um lado as diferenças entre as duas freguesias mais ocidentais, mais integradas na Terra da Maia, e as restantes, mais integradas na Terra de Aguiar ou do Sousa, e por outro lado esta evolução histórica de uma Alfena policêntrica, em torno dos seus 5 lugares históricos, é uma falha recorrente dos serviços municipais e origem de constantes erros de avaliação, pelo que seria importante olharmos de forma mais cuidada para a realidade histórica de cada freguesia, em vez de cairmos na tentação de replicar soluções testadas em outras freguesias, com realidades diversas e que apenas contribui para um centralismo exacerbado de Valongo, reminiscências de um processo, muito pouco claro, de criação do Concelho, há quase 200 anos.²

Neste sentido, percebendo-se a necessidade de lançamento de ORU, na área proposta temos realidades bem diversas:

- a) **A Costa** (a encosta norte do monte de Santa Margarida) onde seria importante que, no âmbito da ORU fosse devidamente estudado o edificado hoje existente, bem como algumas ruínas, muito prováveis remanescências das estruturas da antiquíssima «*Gafaria de Alfena*», que contava com uma albergaria, hospício para leprosos e ermida de São Lázaro (referimo-nos à original, entretanto desaparecida), estruturas essas que se localizavam na encosta, a par da via medieval do Porto para Guimarães, na margem sul do Leça;
- b) **A Rua de Alfena**, a antiga aldeia arruada de Alfena, atravessada pela mesma via medieval, desde a Ponte de Alfena e da Capela de Nossa Senhora dos Remédios ou da Ponte (hoje conhecida como Capela de S. Lázaro), até ao Rossio da Codesseira (nas imediações da Capela de S. Roque e hoje desaparecido). Aqui, para além da recuperação do casario mais antigo ainda existente, seria importante o Município apostar na substituição do empedrado muito irregular hoje existente reflexo das várias intervenções estruturais operadas na via desde dos anos 80, por outro mais regular e mais consentâneo com um local histórico. Seria também interessante apostar numa sinalética para alguns edifícios com alguma importância histórica, conferindo assim uma melhor contextualização histórica do local para quem nos visita. Neste ponto estamos abertos a colaborar no sentido de contribuir para a desmistificação de alguns «mitos urbanos» e de se evitarem erros como o, ainda hoje existente, na placa dos 180 anos do Município colocada no sítio de São Lázaro;
- c) **Codiceira, Outeirinho e Xisto**, o antigo Rossio da Codesseira, entretanto descaracterizado pelo atravessamento, em finais do Séc. XIX, pela moderna estrada nacional, para além da recuperação do casario marginal à estrada nacional, seria importante, também a inclusão de alguma sinalética que, no local, explicasse o que teria sido o antigo «Rossio». Ao nível dos arruamentos, seria importante a recuperação do piso da estrada nacional (em muito mau estado neste local, devido a intervenções no subsolo aquando da construção das infraestruturas de água e saneamento) e melhorias nos passeios marginais; já no trajecto da antiga via medieval e início do caminho da Ferraria, sugeríamos intervenções idênticas às preconizadas para a Rua de Alfena;

² **RIBEIRO, Ricardo.** *D. Bernarda Clara, um espião nas origens do Concelho de Valongo.* Artigo publicado em 15.04.2014, no jornal «A Voz de Ermesinde». Disponível em <http://alhenna.pt/publicacoes/artigos-a-voz-de-ermesinde/alhenna-artigos-ii-3/>

- d) **Ribeiro**, na zona da estrada nacional, sugerimos uma intervenção idêntica à sugerida no ponto anterior e a resolução definitiva para o problema dos desníveis das tampas existentes no piso, terminando-se como o irritante, e infelizmente já reconhecido, «*tam-tam-tam de Alfena*»; na zona da Quinta do Ribeiro é necessário ter em atenção o património edificado, por forma a evitarem-se erros como os verificados na recuperação da Casa da Quinta do Ribeiro e que ditaram o desaparecimento de alguns elementos arquitectónicos mais antigos;
- e) **O Caminho da Ferraria**, aqui sugere-se uma intervenção mais consentânea com um meio mais rural, preservando-se as típicas casas rurais maiatas ainda sobreviventes, melhorando-se o piso empedrado do arruamento, introdução de passeios, com o cuidado de preservar (ou mesmo recuperar) os antigos sistemas de regadio que acompanhavam a margem do caminho.

O ideal seria uma divisão da área em ORU's mais pequenas e mais homogêneas.

Não sendo possível essa divisão, deveria então ser alterada a designação, que como já referimos é desajustada para a realidade, por outra mais consentânea, por exemplo, «Área Antiga de Alfena», e seccionada a intervenção conforme atrás exemplificado.

De notar ainda, o «esquecimento» de outros núcleos rurais da nossa cidade que seria, também, importante preservar. Falamos de Transleça, da Igreja, de Cabeda, do Reguengo, de Punhete, da Várzea e de Baguim, onde ainda recentemente foi demolida uma importante casa de lavoura, no âmbito da construção de mais uma grande unidade comercial (ALDI). Para além de ser discutível a elevada concentração de grandes superfícies comerciais, em pleno centro urbano da cidade, não deixa de ser lamentável a falta de cuidado na preservação do património edificado. Tendo em consideração a área do terreno em questão e a área das edificações antigas, em nossa opinião, teria sido possível conjugar a construção nova com a manutenção e reaproveitamento das construções antigas. À Autarquia cabe, no mínimo, a sensibilização dos privados para a preservação do Património, e da nossa identidade.

Depois, assentar a análise estatística em áreas erradas das freguesias abona muito pouco em favor do rigor do documento. Sabemos que as estatísticas publicadas pelo INE enfermavam de erros grosseiros da divisão administrativa para fins estatísticos, criados pelo próprio INE na Primavera de 2000, e que só foram, ainda que parcialmente, corrigidos pela Lei N.º 33/2017. No entanto, se não se pretendesse alterar dados estatísticos publicados, deveria ter havido o cuidado de acrescentar uma nova coluna com a correcção desses dados para a nova realidade das áreas administrativas (áreas essas que, frisamos, ainda não correspondem à realidade, porquanto se encontram por resolver erros importantes nos limites administrativos inter-municipais).

Por fim, correndo o risco de nos remeterem para uma resposta «redonda» de que se trata da toponímia homologada (seja lá o que isso for!!), como sucedeu na nossa participação

em sede de Consulta Pública do Processo de Revisão do PDM, em 2015, alertamos para alguns erros toponímicos, como por exemplo:

- a) Localização erradas do topónimo «Pedrouços» na «Agra da Azenha;
- b) Designação errada do «Ribeiro da Ferraria», quando a designação correcta é «Ribeiro da Junqueira»³, ou, ainda mais historicamente correcta, «Rio da Canza».⁴
- c) Designação errada de «Ponte de São Lázaro/Pina», quando a correcta é «Ponte de Alfena»⁵ ou «de São Lázaro». A referência a «Pina» é um erro de leitura da «Carta Chorographica do Reino de Portugal» (publicada em 1880), em que alguém leu «Pina» onde, de facto, está escrito «Rua». Apesar do processo de classificação da ponte conter alertas para esse erro, o facto é que o Decreto N.º 129/77 que, finalmente, classifica a ponte com imóvel de interesse concelhio transcreve o erro para o Diário da República. Sobre este assunto elaboramos um trabalho inédito que aguarda publicação em breve e que juntamos cópia.⁶

Se não fizermos um esforço de, paulatinamente, irmos corrigindo estes erros de toponímia, estaremos a perpetuar gralhas e a empobrecer esse importante Património que é a toponímia.

Gratos pela atenção dispensada,

Renovando os nossos melhores cumprimentos,

Pela AL HENNA

O Presidente da Direcção.



Ricardo Ribeiro

³ *Carta Militar de Portugal, Série M888, 1:25.000, Folha 110 – Ermezinde (Valongo)*; Lisboa: Serviço Cartográfico do Exército, 1951

⁴ *Carta de Foro de um casal reguengo da Ferraria, em São Vicente de Queimadela, Terra da Maia*. Chancelaria de D. Dinis, Livro IV, fl 62. s.l.: Arquivo Nacional Torre do Tombo: 1312

⁵ **ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de.** *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*, v. I, p. 73 . Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras, 1968

⁶ **MAMEDE, Arnaldo.** *Ponte Pina ou Ponte de São Lázaro, no lugar de Pina – como terá surgido mais este mito urbano?* AL HENNA – inédito a aguardar publicação

**Ponte Pina ou Ponte de São Lázaro, no lugar de Pina
como terá surgido mais este mito urbano?
(inédito)**

“A ponte de S. Lázaro, também chamada Ponte Pina, situa-se, sobre o rio Leça, na antiga via medieval Porto-Guimarães, entre a capela de São Lázaro e o monte do Picoto, no lugar da Rua da freguesia de Alfena...”⁽¹⁾

Assim começa o relatório de acompanhamento arqueológico às obras de restauro da Ponte de S. Lázaro, executadas pela Câmara Municipal de Valongo (CMV), em 1994, sob a orientação científica e técnica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Já anteriormente, aquando da classificação da ponte como imóvel de interesse concelhio, vem referida a *“Ponte de S. Lázaro, em Pina, freguesia de Alfena.”*⁽²⁾

«Ponte Pina», «Ponte de S. Lázaro, no lugar de Pina, da freguesia de Alfena»?

Haverá algum Alfenense, minimamente interessado pela toponímia da nossa freguesia que alguma vez tenha conhecido, ou sequer, ouvido falar da existência de um lugar denominado *«Pina»* em Alfena?

A que propósito terá surgido esta absurda designação que viria a conquistar força de Lei?

⁽¹⁾ **LOPES, António Baptista et al.** *A ponte medieval de São Lázaro (Alfena, Valongo) - Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro.* Revista Portvgalia, Nova Série, Vol. XV. Porto: FLUP, 1994

⁽²⁾ *Decreto N.º 129/77, de 29 de Setembro - Diário da República - I Série - N.º 226*

AL HENNA - Colectânea I

É, precisamente, sobre este verdadeiro mito urbano que nos vamos debruçar neste artigo, na tentativa de contribuir para a sua total desmistificação.

Como terá surgido?

Em 13 de Setembro de 1955 foi publicada a seguinte notícia no jornal «O Primeiro de Janeiro»: ⁽³⁾⁽⁴⁾

“A Ponte Romana de Alfena está a ser desmantelada para a construção de muros...”

Um nosso leitor de Alfena conta-nos um caso que, nem por ser, infelizmente, muito frequente, deixa de ser digno de registo e, sobretudo de ser tomado em consideração pela entidade ou entidades que superintendem na defesa do nosso património artístico.

Refere aquele nosso leitor que em Alfena, no lugar de Pina, existe uma ponte romana, denominada de S. Lázaro que está a ser bárbaramente mutilada.

«As suas guardas de granito começaram a ser vítimas da cobiça de alguns proprietários que por ali tinham muros para fazer. E, então, iniciou-se a nefanda pilhagem» - acrescenta o nosso correspondente.

E depois de apelar para nós, no sentido de fazermos eco do seu reparo, o nosso leitor comenta:

«Se o desinteresse continuar a manter-se como até aqui é natural que, passados uns tempos, fique a restar da velhinha ponte apenas um montão de escombros».

Parece-nos que, na realidade, uma ponte romana, documento valioso de velhas civilizações e preciosos marco da nossa própria história, deveria ser defendida de tais assaltos, pois as suas pedras, que resistiram ao tempo, de-

⁽³⁾ «O Primeiro de Janeiro» - edição de 13 de Setembro de 1955.

⁽⁴⁾ Processo 26-NP-14 - Ponte de São Lázaro (Alfena). Lisboa: Arquivo da Direcção Geral do Tesouro e das Finanças, 1955-2011

ARNALDO MAMEDE

veriam manter-se, evitando-se que fossem parar a muros e paredes rústicos, como qualquer calhau informe e sem valor, arrancado de uma pedreira de emergência...”

Como se pode verificar pelo teor da notícia publicada é aqui que tem origem o famigerado mito, ao qual voltaremos mais tarde.

A referida notícia, não o topónimo, mas sim o facto de estar a ser desmantelado um monumento, alertou as entidades ligadas à defesa do Património Nacional, as quais viriam a encetar um processo de averiguações, quanto à tutela e classificação do monumento «*ponte romana*» que estava a ser alvo de pilhagem e destruição.

Com a única e honrosa excepção da Junta Autónoma de Estradas (JAE), embora afirmando que a ponte não se encontrava sob sua jurisdição, declara que o “*lugar de Pina não existe naquela freguesia*” [Alfena] e que a “*ponte de S. Lázaro (...) fica situada sobre o Rio Leça, no lugar da Rua, freguesia de Alfena*”, todas as restantes entidades consultadas dão como sendo correcta a designação de “*Ponte de S. Lázaro, no lugar de Pina*” iniciada pela notícia do jornal.⁽⁴⁾

Será que esta informação da JAE terá a ver com o facto de o Engenheiro Director ter consultado os cabos cantoneiros, Sr. Oliveira e Sr. Sousa, ambos naturais de Alfena, por certo bons conhecedores da nossa Freguesia ao ponto de afirmar peremptoriamente que não existe «lugar de Pina» mas que a ponte se situa no lugar da Rua?

Curiosamente no processo desencadeado pela notícia de «*O Primeiro de Janeiro*», nota-se a omissão persistente da CMV que nunca se deu ao trabalho de responder às diversas solicitações requeridas pela Direcção Geral da Fazenda Pública, apesar de o referido monumento ser sua propriedade, como atesta uma afirmação da Direcção de Finanças do Distrito do Porto, de 11.11.1974, que informa: “*que a Ponte de São Lázaro, em Pina, concelho de Valongo, é pertença da Câmara Municipal do mesmo Conce-*

lho.”⁽⁴⁾

Aliás, o próprio relatório dos arqueólogos, atrás citado, também lamenta a actuação pouco cuidada do Município, em 1994:

“As obras foram efectuadas por iniciativa da Câmara Municipal de Valongo, tendo ficado a nosso cargo a orientação científica e técnica dos trabalhos de conservação e restauro. Cumpre-nos, no entanto, lamentar não ter sido possível o acompanhamento da intervenção desde o início, uma vez que o tabuleiro fora desmontado sem nosso conhecimento prévio.”⁽¹⁾

Recorrendo às mais diversas fontes históricas, até meados do Século XX, nunca a ponte ou o lugar onde se encontra foi designado de «Pina». Segundo a documentação mais antiga, a ponte surge designada como «Ponte de Alfena, no lugar de Alfena», no tempo em que a freguesia era denominada de «São Vicente de Queimadela». Esta designação aparece nos primeiros documentos relacionados com a Gafaria de Alfena, importante instituição de assistência situada nesse local, tais como o testamento de Estevaínha Soares Silva⁽⁵⁾ (1214), ama de El-Rei D. Sancho II, nas Inquirições de D. Afonso III⁽⁶⁾ (1258), nas Inquirições de D. Dinis⁽⁷⁾ (1307), no relato de Erich Lassota Steblau⁽⁸⁾, peregrino alemão a Compostela (1581), nos diversos emprazamentos de terras da Administração da Gafaria e da Comenda de Águas Santas⁽⁹⁾⁽¹⁰⁾ (Séc. XVI, XVII e XVIII), bem

⁽⁵⁾ *Testamento de D. Estevaínha Soares da Silva*; Cabido; Gavetas dos Testamentos, n.º 10; s.l.: Arquivo Distrital de Braga, 1214

⁽⁶⁾ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol. I, fasc. 4-5, p. 506 a 508 e 512; Lisboa: Academia de Ciências, 1897

⁽⁷⁾ *Corpus Codicum Latinorum et Portugaliensium*, Vol. I, p. 152; Porto: Câmara Municipal do Porto, 1891

⁽⁸⁾ **LISKE, Javier**. *Viajes de Extranjeros por España y Portugal, en los Siglos XV, XVI e XVII*. Madrid: Casa Editorial de Medina, 1879

⁽⁹⁾ *Cartório Notarial de Felgueiras, cota J/2/1/6-333.293, f. 121-126v*; Alfena: Arquivo Distrital do Porto, 1738

ARNALDO MAMEDE

como no Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso (1747) que transcrevemos parcialmente:⁽¹¹⁾

“Além de outras Ermidas, de que daremos notícia quando descrevermos os Lugares, e povoações em que estão fundadas, há a da Senhora dos Remédios, vulgarmente chamada a Senhora da Ponte, por estar sita no fim da rua vindo de Guimaraens para a cidade do Porto, ou passada a ponte, que aqui tem o rio Leça.

Antes de entrar nesta ponte, vindo da cidade do Porto, há outra Ermida de S. Lazaro, e tem esta a obrigação de prouer hum Hospital de Lazaros, cujas casa estão junto da dita Ermida, mas já arruinadas.”

Mais recentemente (1968), o insigne Prof. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, estudioso das vias medievais refere que *“todas as leprosarias de Entre Douro e Minho, ou estão em centros viários, ou colocadas junto de pontes e caminhos de grande circulação”,* como era o caso da *“Ponte de Alfena”*.⁽¹²⁾

Ressalta de toda a documentação citada que a Ponte de Alfena, ou Ponte de São Lázaro, se situa no histórico lugar de Alfena, hoje lugar da Rua, da freguesia de Alfena, sendo totalmente inexistente qualquer referência ao topónimo *«Pina»*.

Aproveitamos, ainda, a ocasião para corrigir outra informação errónea do relatório dos arqueólogos de 1994, muito provavelmente também transmitida aos técnicos por alguém com fracos conhecimentos da toponí-

⁽¹⁰⁾ *Tombo da Comenda de Águas Santas, cota K/15/4 - 35; S.l.: Arquivo Distrital do Porto, 1596*

⁽¹¹⁾ **CARDOSO, Padre Luís.** *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas.* Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Real Academia, 1747

⁽¹²⁾ **ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de.** *Vias medievais - Entre Douro e Minho - Tese de Licenciatura em História, Vol. I, p. 41, 72 e 172;* Porto: Faculdade de Letras - Univ. Porto, 1968

mia local, quando designam o «*monte de Santa Margarida*» de «*monte Picoto*»⁽¹⁾. Recuperando o parágrafo por que iniciamos o presente artigo, de forma correcta, a sua redacção deveria ser a seguinte:

A ponte de S. Lázaro, também chamada Ponte de Alfena, situa-se, sobre o rio Leça, na antiga via medieval Porto-Guimarães, entre a capela de São Lázaro e o monte de Santa Margarida, no lugar da Rua da freguesia de Alfena...

Voltando à questão do mito urbano, qual a origem deste estranho topónimo «*Pina*»?

Em finais do Século XIX, foi publicada a «*Carta Chorographica do Reino de Portugal*», cuja coordenação coube ao geógrafo militar Filipe Folque. Aí, como se pode comprovar pelo pequeno extracto que anexamos, o topónimo «*Rua*» surge com uma grafia estranha em que o «*R*» mais parece um «*P*» e a haste inferior direita mais parece um «*i*». Por outro lado, o traço que representa o rio Leça passa pelo meio da palavra, gerando mais alguma



Fig. 24 - Extracto da Folha 7 da Carta Chorographica do Reino de Portugal (1880)

confusão ao leitor, pelo que o «*u*» pode ser confundido com um «*n*».

Todas estas possíveis interpretações, aliadas a eventuais dificuldades de leitura paleográfica e desconhecimento da toponímia local, poderão ter conduzido, erradamente, à troca de «*Rua*» por «*Pina*» na notícia original de «*O Primeiro de Janeiro*», de 13.09.1955.

Arnaldo Mamede

⁽¹³⁾ *Carta Chorographica do Reino de Portugal* (dir. Gen. Filipe Folque), folha 7; Lisboa: Direcção geral dos trabalhos geodésicos do Reino, 1880